

BREVE NOTÍCIA DE UMA CRISE NO DOURO (1908-1915)

BERNARDINO VIEIRA DE OLIVEIRA

Dedicatória:

Ao Cap. Pina de Morais, escritor-revolucionário, que colheu, nas páginas do "Sangue Plebeu", o grito da revolta duriense no ano de 1915.

"(...) O Verão, em Trás-os-Montes, é sinónimo de inferno. Cá no Douro porém, no fundo destes caldeirões que apuram o vinho, o inferno refina. (...) Estes montes que tapam a vista do mar, barreiras do vento fresco, estilam lava. Estes anfiteatros de calços, onde os cachos, sem se saber como, roubam a seiva à fraga e gemem vinho, são círculos de Inferno. Quem quiser que os compare a coliseus em que o gladiador combate com a enxada. Morre com ela, cavando. Cava até cair morto ou até ouvir pingar o meio-dia. Nesse minuto, a sombra casa-se-lhe com o corpo, o desenho da enxada apaga-se-lhe no chão e ele foge, mete-se no cardenho, deixa cair o mundo.

(...) O Douro é uma estufa. Dentro dela, a vide é flor exigente. Dá uma gota de vinho em troca de um suor ou uma vida. Quem escorropicha, no fundo de um cristal, essa gota de néctar, devia bebe-la com quem celebra um sacrificio".

INTRODUÇÃO

O decantado país do Douro vinhateiro nem sempre foi o deslumbrante anfiteatro vinícola com que a natureza aformoseou esta região montanhosa.

Para se avaliar o que seria no Douro Superior o granjeio da vinha nos terrenos marginais dos rios e suas encostas, antes da grande revolução económica do Tratado de Meth-

wen², bastará dizer-se que, nas Inquirições de D. Afonso III, o povo de Alijó se vira obrigado a dar mãos de ursos e lombos de veado, ao rico-homem, como contributo enfitêutico. "Para lá do Torto, (ainda) em finais do século XVIII, a paisagem é (...) dominada por matas incultas, entre as quais se criam, lobos, e porcos monteses, que muitas vezes atravessam o Douro a nado para a outra banda, e vão fazer considerável dano em as vinhas".³

O habitante do Douro medieval viveria pobremente, tirando recursos da vida pastoril, calçando o soco feito ao serão, vestindo os safões da pele das suas ovelhas, comendo pão de centeio e castanha pilada, e cultivando meia dúzia de couves em tiras estreitas de terrenos sobrepostos pelo pendor das montanhas onde ressumia uma nascente de água.

A cultura mais intensa da vinha somente se estendeu ao Alto Douro após a demolição (1792) da barreira natural que se opunha ao transporte fluvial do Cachão da Valeira; e basta recuar um pouco no tempo presente, aos fins do século XIX, para identificarmos essa "nobre" Quinta de Roriz, frontaleira a Cotas, como uma estação de caça que o escocês Robert Archibald ali estabeleceu pela abundância de javalis que devastavam os estevais em redor, enquanto nas cercanias da Régua já iam aparecendo as primeiras Quintas dignas desse nome.

Até ao século XVII, as terras que se confinavam entre as margens esquerda do Corgo e direita do Sabor eram tidas como as mais pobres do reino. Produziam nos seus montes uma diminuta quantidade de vinho (o denominado *vinho de cutelo*), e mantinham como cultura dominante o castanho⁴, o centeio⁵ e o sumagre⁶.

O Douro que faria nascer no meio da vinha um palacete e em cada proprietário um nababo; o Douro que emprestou à cidade do Porto o maior elemento do seu movimento comercial e ao país a maior colheita de ouro no estrangeiro, somente no século XVIII, após o Tratado de 27 de Dezembro de 1703, é que começou a trajar vestimenta de terra afidalgada, como diria João de Araújo Correia.

Antes de Methwen, a exportação do vinho do Porto era diminuta. Na alfândega do Porto, o primeiro registo que se encontra de uma exportação de vinhos é referente ao ano de 1678,

^{2.} Methwen propunha (...) a celebração de um tratado comercial anglo-luso, no qual, a trôco da autorização para a importação e o uso em Portugal dos lanifícios ingleses, a Inglaterra garantiria aos vinhos portugueses favores (...) que lhes assegurassem supremacia sobre os franceses. Cf. História de Portugal, Damião Peres, 1928-1938, Portucalense Editora, Lda, VI vol., p. 404.

^{3.} Gaspar Martins Pereira, in Douro - Estudos & Documentos (Uma Demarcação Pioneira), I vol., 1996, pp. 185 e 186. 4. "Soma a castanha, de dízimos 47.600 alqueires, de maneira que somem o que se colhe na terra 476.600 alqueires. A qual castanha muita dela se enterra, e se vende na quaresma, e outras secam, e a picam, que chamam castanha picada; (...) E quando o ano é estéril, os homens pobres moem a dita castanha, e fazem dela pão, e é muito fartum, e muito doce, que chamam falacha. (...)" In Augusto Dias, Lamego do século XVI, edições Beira Douro, 1947, p. 23.

^{5. &}quot;O cereal predominante no Distrito (Vila Real) continuava a ser o centeio o qual, na década de 1850-1860, registou uma produção média anual ligeiramente superior a 1.000.000 de alqueires, produção, contudo insuficiente para o consumo ordinário das pessoas (...)." In Estudos Transmontanos, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, p. 31.

^{6. &}quot;Também se colherá neste circuito das sobreditas léguas 15.000 arrobas de sumagre, que se carregam para Lisboa, e ao Algarve, e às ilhas, e para todo Entre Douro e Minho, e Trás-os-Montes, e para toda a Beira." In Augusto Dias, ob. cit., p. 24.

e por ele se percebe que nesse ano apenas foram colhidas (ou melhor dizendo, exportadas) 408 pipas. Nos dez anos imediatos (1688), ou quinze anos antes do Tratado de Methwen, a produção (ou o seu registo...) não passou em média, de mais de 573 pipas em cada ano.

Por efeitos deste ambíguo tratado comercial, pelo qual os vinhos portugueses pagariam em Inglaterra um terço menos do que os franceses, o Douro, da Régua para cima, vulgarmente referenciado em documentos coevos por *Ryba de Doiro*, principiou a desbravar as brenhas do mato, onde se coutava a caça grossa, cedendo a tojeira lugar à vinha. Foi então que as grandes propriedades (hoje, "ex-libris" do Douro vinhateiro) principiaram a fazer-se, ficando gravadas a escopro e a cinzel como testemunho do seu nascimento, nas frontarias dos apalaçados edifícios, datas posteriores ao século XVII.

Não obstante este aparente desenvolvimento económico, século e meio mais tarde, em meados do século XIX (conforme relatório do Visconde de Lemos, Governador Civil do Distrito de Vila Real, datado de 26 de Maio de 1854), o país vinhateiro ainda se encontrava carente de quase tudo, desde estradas às indústrias. O contrabando privilegiava a raia do Norte e o rio Douro como veículos de introdução, no distrito de Vila Real, de produtos tão diversificados como panos, sacos de lã, trigo, cobertores, peles, sedas, cetins e outras quinquilharias.

Mas, se o rio Douro serviu para bufarinheiros, almocreves, carreteiros e recoveiros introduzirem, clandestinamente, produtos esquivos ao fisco, a mesma via fluvial, até ao aparecimento do caminho-de-ferro⁷, foi o único canal de exportação dos produtos desta região. Sem esse veículo de comércio que colocou o vinho "à borda do mar", e, em menor escala (sem se poder falar em indústria comercial) as lãs, o sumagre, os frutos, o sarro, o castanho, o vinagre ou as batatas nos cais da Ribeira e Guindais, os montes do "país vinhateiro" continuariam cobertos de tojo, e as suas quebradas apenas produziriam centeio e outros derivados de cereais como o milho zaburro, o trigo tremês ou a cevada; no entanto, muito embora o seu peso económico na balança comercial do país fosse relevante, o rio Douro, que rasgava para o exterior as fronteiras geográficas da sua região nordestina, "não tem uma estrada de sirga; de espaço a espaço apresenta fataes pontos em que a agoa se lança contra as fragas, que impedem a corrente, tornando perigosíssimo o transito, e difficilimo sobretudo na ascenção dos barcos que he preciso alar a braços, saltando os marinheiros de penhasco em penhasco". 8

Esta região, formada por uma sucessão de altas e baixas montanhas sobrepostas, era, de todas as do país, a que possuía menor quantidade de terras férteis e aráveis. Talhados quase a prumo, esses montes foram transformados pelo homem rude em pequenas cou-

^{7.} O troço da via férrea entre Juncal e Régua foi inaugurado a 14 de Julho de 1879. 8. Cf. Estudos Transmontanos, ob. cit, p. 92.

relas de cereais e legumes, e em socalcos onde se produzia os melhores vinhos finos. Depois veio a invasão da "philoxerica", "mais precoce e violenta nas vinhas do Cima Corgo"⁹, e tudo mudou: a vinha fugiu à maldição dos mortórios, foi descendo das encostas para esses vales estreitos, e a economia do Douro, agora reduzida a uma cultura única, acusou logo desequilíbrios sensíveis na sua balança comercial. Depois da reconstituição dos vinhedos esse desequilíbro aumentou, obrigando o Douro a comprar quase a totalidade dos géneros que consumia. Se o vinho se vendia por alto preço, o equilíbrio restabelecia-se. Com a baixa de preço o desequilíbrio agravava-se, e a vinha, em vez de ser um valor económico, era uma ruína: "(...) os seus vinhos, affrontados pela concorrencia de todos os paízes, e depreciados pelas constantes falsificações do commercio, perderam o valor e os mercados, produzindo essa miseria extrema que tanto está impressionando o paíz inteiro e que não findará sem que o Douro modifique as condições da sua agricultura"¹⁰.

NA NOITE DE 17 DE FEVEREIRO DE 1909...

O Dr. Ferreira Braga, secretariado por José Saraiva Ribeiro Coelho, preside a uma reunião no *Grémio Transmontano do Porto*, onde se reúne um "crescido número de transmontanos e algumas pessoas a quem interessa a crise no Douro". A falsificação dos vinhos, feita pelos negociantes do Porto é apontada como a principal causa da crise económica que incendiara todo o Douro vinhateiro. Quatro dias depois, o "Eccho do Douro", publicado em Alijó, noticia: "(...) no domingo passado, grande quantidade de viticultores d'este concelho, seguidos de enorme multidão, vieram a esta villa, perante o snr. Administrador do Concelho, pedir providencias contra a crise que nos assola.

Recebidos fidalgamente pelo snr. Administrador, foi n'essa ocasião nomeada uma commissão de vigilância composta de quasi todos os cavalheiros presentes, como representantes de todas as freguezias tem [sic] propriedade que o governo valorisa para lhe lançar as respectivas contribuições.

Considerando que um dos maiores males d'esta região é a exploração usurária;

Considerando que não é fácil nem possível obter dinheiro, e que a nossa propriedade é desvalorizada pela falta de crédito agrícola e tem de ficar inculta ou cahir na mão do usurário por um preço vil que em geral não representa a decima parte do seu valor;

Considerando ainda que esta desvalorização representa também uma outra que necessariamente envolve a nossa economia nacional;

Considerando que uma das causas que mais contribue para a crise em que esta região se debate, é aggravada pela falsificação contínua e constante dos nossos vinhos em geral;

^{9.} Gaspar Martins Pereira, ob. cit., p. 189.

^{10.} Cf. "O Transmontano", suplemento mensal da "Ilustração Transmontana", Janeiro de 1909, p. 72. 11. Idem, Fevereiro de 1909.

Considerando que no paíz funccionam muitas fábricas de licorejos que por lei são prohibidas;

Considerando que essa falsificação nos traz a paralização do commercio dos vinhos e o seu descrédito em todo o paíz;

Os povos d'este concelho, reunidos em massa compacta, resolveram pedir instantemente ao governo:

- 1.º o crédito agrícola com um juro não superior a 3%
- 2.º que exerça rigorosa fiscalização sobre todos os vinhos á venda no paíz
- 3.º que mande fechar immediatamente as referidas fábricas de licorejos".

Uma semana depois, na Régua, a 24 de Fevereiro do mesmo ano de 1909, sabe-se que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro resolveu não pagar aos vinicultores o benefício do "bónus" do real d'água. A notícia alastra pela vila e a Câmara Municipal recebe, em protesto, dezenas de lavradores que exigem do governo a imediata regulação do crédito agrícola.

Ao cair dessa mesma noite, propaga-se a notícia da chegada, no comboio expresso, de Rodrigo Leite, comissário da Companhia, que vinha abrir a compra dos vinhos. O sino do Cruzeiro toca a rebate, e um aglomerado de gente dirige-se para a estação dos caminhos-de-ferro onde, por entre intimações e apupos à Companhia, se exigiu o retardamento da compra dos vinhos, até que a direcção desta instituição reconsidere os preços a pagar sobre os vinhos da última colheita (14\$000 e 15\$000 réis, segundo a qualidade). Por volta das oito horas, a Companhia manda espalhar pela vila uma quantidade de impressos (datados, previamente, de 18 de Fevereiro...), nos quais se notifica aos lavradores o seguinte:

- 1.º Que a Direcção da Companhia sente dizer aos senhores lavradores, que não podendo o vinho do Douro ser livremente lotado e aguardentado em armazéns alfandegados, em Gaya, antes da sua entrada nas barreiras do Porto, está impossibilitada de abrir armazéns alfandegados em Gaya, e, por este motivo, os senhores lavradores não tem [sic] direito á restituição do real d'água do vinho da Companhia que entrar as barreiras do Porto: é para sentir que tudo se facilite aos vinhos licorosos e tudo se difficulte aos vinhos de consumo do Douro.
- 2.º Que a concorrência e baratez do vinho de consumo de outras regiões vendidos livremente no Porto, dentro e fóra de barreiras, impedem á Companhia a compra de vinho de consumo do Douro por preço vantajoso para os vendedores.

A situação agrava-se no coração do Douro vinhateiro. A Comissão de Vitivinicultores, nascida com a legislação franquista de 1907/08, e constituída, toda ela, por elemenos conhe-

cedores dos problemas da região, "mostrava-se inapta pra atacar a crise" 12. Periódicos de tendência republicana falam de fome generalizada no Douro, e a anarquia estende-se por várias localidades. Alijó, Valpaços e Murça são focos de levantamentos populares, e, "á luz do dia, em plena feira, queimam-se documentos (...) N'uma aldeia do concelho da Régua, um bando de assalariados, de noite, armados, assaltaram cazas e exigiram dinheiro. Muitos proprietários querem braços para os seus granjeios e não os encontram" 13.

A 4 de Março, realiza-se em frente do paço municipal da Régua um comício agrícola convocado pelo Sindicato Agrícola local. Para presidir aos trabalhos é convidado o Dr. Júlio de Carvalho Vasques, antigo deputado pelo círculo de Vila Real, a exercer funções como presidente do município reguense. Inquietos, milhares de lavradores da região comprimemse junto ao coreto onde se instalara a mesa da presidência. Entre os oradores mais eloquentes avultam Afonso de Mesquita Chaves, Aires Balsemão e o Dr. Antão Fernandes de Carvalho, figuras prestigiadas da região. A moção votada propõe-se pressionar a Companhia a alterar os preços da compra dos vinhos; pressionar, à sombra da lei que organizou o crédito agrícola, compensações dos juros estabelecidos; e, entre outras sugestões, a modificação da lei que ordena a restituição do imposto do real d'água, substituindo esta disposição pela entrada livre no Porto, sem pagamento desse imposto, aos vinhos provenientes da região demarcada.

A comissão, saída do comício com poderes "para em toda a parte, e por todos os meios legítimos, tratar de obter que estas reclamações vinguem", ficou constituída pelo Dr. Júlio de Carvalho Vasques, Dr. Antão Fernandes de Carvalho, Afonso de Mesquita Chaves, António Francisco Ferreira, Francisco Pereira Rebelo, Dr. Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho, Dr. Carlos de Figueiredo Pimentel e António Pereira do Espírito Santo.

O Sindicato Agrícola de Alijó apoia, por telegrama, as deliberações tomadas no comício, o qual, não obstante a presença provocatória de uma força militar, "dispersou na melhor ordem".

Aos 15 dias do mês de Maio, o Diário do Governo publica um decreto (com data do dia 6...) determinando que o prazo de dois anos, estabelecido para a restituição do imposto do real d'água aos viticultores da região do Douro, tem retroactividade a partir de 7 de Fevereiro de 1909; no entanto, esta medida alienatória será insuficiente para acalmar a revolta que se estende por toda a região vinhateira.

Os ecos da crise no Douro ja ultrapassaram os limites geográficos deste pequeno país. A "Voz de Angola", semanário de São Paulo de Luanda, dirigido por Júlio Lobato, publica A fome no Douro (no seu n.º 61), dramático apelo à generosidade dos leitores em três colunas de prosa, e, até ao dia 13 de Junho, a subscrição para minorar a crise dos lavradores durienses já atingia 2:265\$970 réis que são enviados à direcção do *Club Transmontano* de Lisboa "para fazer chegar essa quantia aos necessitados do Douro".

^{12.} Vital Moreira, in Douro - Estudos & Documentos (Nas origens da Casa do Douro), 1996, I vol., p. 79. 13. Cf. "O Transmontano" (...), Março de 1909, p. 23.

A região debate-se numa agonia de afogada. Em 1908, um ano de excepcional produção, o vasilhame ja não chegara para o vinho produzido, e outra vindima se aproxima perspectivando uma colheita intermédia.

As origens das maiores crises no Douro vinícola, paradoxalmente, assentam, quase sempre, em anos de produções excepcionais; mas, por ironia, a "novidade" de 1909 não prometera uma boa colheita. O ano vitícola tinha sido irregular. As chuvas da Primavera haviam devastado e reduzido a "crescença", e as do Outono promoveram nas castas menos finas uma certa podridão que se circunscreveu aos sítios altos onde as trovoadas de Maio tinham causado estragos. Nas meias-ribeiras o sol proporcionou uma maior intensidade de gleucométrica no sumo da uva, e assim o padrão do açúcar foi subindo para quem retardou a vindima, tendo-se colhido nos sítios finos uma "novidade" de bons vinhos generosos; no entanto, esta perspectiva de uma colheita com qualidade era enganadora. A falsificação de vinhos generalizava-se por todo o país, e até de Lisboa já se exportava cascaria rotulada de "Vinho do Porto" a 20\$000 réis a pipa¹4.

Entretanto, anos atrás, "nos cómodos do senado de Lisboa", onde os parlamentares discutem a vida ou a morte do Douro, os economistas tinham acusado os durienses de não plantar cereal, de só se dedicar à vinicultura. O lavrador mordeu as mãos calosas, objectivando com a natureza específica do terreno e com o seu minguado capital preso aos *stocks* vinícolas que já não permitiam novas tentativas de outras culturas.

"- Arranje-se, semeie trigo, é uma fortuna para si e uma riqueza para o País!"

O lavrador fez das tripas coração, e semeou trigo onde os seus antepassados colheram as uvas amarais, o mourisco e o bastardo.

Por ironia, o ano de 1909 é de grande produção de trigo na província de Trás-os-Montes, mas o país não tem capacidade de resposta para o seu escoamento. A Companhia Nacional do Caminho-de-Ferro de Mirandela ao Tua, e a do Minho e Douro, não têm material suficiente para o seu transporte. Em Barca d'Alva, a 9 de Setembro, encontram-se, a aguardar máquina rebocadora, setenta vagões carregados com trigo sem um oleado a resguardá-lo das últimas chuvas. E na estação de Rossas "viam-se rimas enormes de saccaria, para se tansportarem á Barca d'Alva. Alguns desses saccos, por não estarem egualmente abrigados, molharam-se, o trigo inchou, e os saccos arrombaram-se." 15

Entretanto, o mercado dos vinhos do Douro encontra-se completamente paralisado. O comércio, tendo feito largas compras da última colheita do ano de 1908, dispensa-se de apalavrar novos vinhos da colheita de 1909 que, em sua opinião, "se lhe afiguram verdes e aguados". Também o mercado da aguardente vínica se apresenta frouxo. As grandes e pequenas casas exportadoras despedem a maior parte dos lavradores, sendo reduzidíssimo o número dos que vendem. O mercado de vinhos de consumo é agora abun-

^{14.} Idem, Outubro de 1909.

^{15.} Idem, Setembro de 1909, p. 66.

dante em ofertas a preços baixíssimos, postos nas estações do caminho-de-ferro devido à urgência de desocupar o vasilhame. (...) O preço d'este mercado regula entre 10 e 12 mil réis posto na estação e o bonus para o negociante. Uma verdadeira miséria. Consta que se tem feito pequenas transacções no Baixo-Corgo em vinhos de pasto, mas para consumo local e pela saída para os altos de Traz-os-Montes, de bastante vinho. O próximo anno, pois, sem azeite, apresenta-se desolador para o pobre viticultor.

Mas quando se compenetrará o Douro da sua miserrima situação?16

"(...) ESSE ALGARISMO PAVOROSO DOS QUE EMIGRAM (...)

(...) esse algarismo pavoroso dos que emigram, levando a mulher e os filhos, esses desgraçados que vão à sorte sem saber ler nem escrever, não lutam com maiores dificuldades? E essa emigração é horrorosa, pois que os emigrantes na sua maior parte, vão desprovidos de educação, sem saber ler e escrever (...)" 17...

Esta crise no Douro, que o desmoronamento da monarquia mais acentuou, acelerou para dígitos assustadores¹8 o número de durienses que procuraram na "fuga" legal para o Brasil a solução para os seus problemas.

Desde que, no último quartel do século XIX, os *wagons* da Companhia dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro começaram a transportar cascos com o vinho produzido na Região Demarcada, ficara em suspenso a "pena de morte" desse rudimentar meio de transporte chamado Barco Rabelo. E, com a consequente diminuição das suas safras, o concelho de Mesão Frio, entre outros, viu os seus habitantes (maioritariamente jornaleiros no defeso da navegação do rio) engrossar o caudal dos que partiam para o "Império do Brasil".

Em Dezembro de 1908, Eduardo do Valle Frias, filho natural do padre António do Valle Frias Carneiro e da proprietária Dona Luísa Cândida da Silveira, ocupava interinamente o cargo de Administrador do concelho de Mesão Frio.

O Livro de Termos de Fiança e Responsabilidade, onde, a tinta azul, o Administrador do concelho oficializava pedidos de responsabilidade, consentimento e reconhecimento de identidade para se poder embarcar, testemunha friamente (como a generalidade de todos os documentos oficiais que conheço...) um dos dramas pungentes da classe mais desfavorecida desta região, na época que investigamos: a emigração para terras do Brasil (preferencialmente os portos de Santos e do Rio de Janeiro).

^{16.} In "A Palavra" (periódico), Setembro de 1909.

^{17.} Discurso Parlamentar de Afonso Costa, Sessão n.º 97, de 25 de Abril de 1912.

^{18. &}quot;Mês após mês saem de Portugal, em busca de melhor vida, milhares de pessoas. 60.000 emigrantes em 1911, 89.000 em 1912, 78.000 em 1913." Cf. Revista História (n.º 2), Dezembro de 1978, p. 12.

No verso da folha 5 deste documento, que me foi facultado por Marília do Valle Frias, filha do Administrador e recentemente falecida, encontrei, como paradigma duma dolorosa emigração, um José de Sant'Águeda, criança de apenas treze anos de idade, ao qual, devido à sua menoridade, foi exigido um *Termo de Consentimento* de sua mãe para poder embarcar, nos seguintes termos:

Termo de consentimento que dá Maria da Conceição, casada, jornaleira, do logar da Portella, freguezia de Villa Juzã, d'este concelho, a seu filho Jozé de Sant'Águeda, de treze annos d'idade, para se transportar para o Brazil.

Aos vinte e oito dias do mez de Desembro do anno de mil nove centos e oito, na Administração do concelho de Mesãofrio e de mim Jozé Pinto da Costa Júnior, secretário do seu cargo, compareceu Maria da Conceicão, casada em segundas núpcias, jornaleira, do logar da Portella, freguezia de Villa Juzã, d'este concelho, e declarou que dava consentimento a seu filho Jozé de Sant'-Águeda, de treze annos d'idade, para se transportar para o Brazil. E para constar o ditto administrador mandou lavrar este Termo que vae assinar, e como o declarante dissesse n'esta occasíão que não sabia escrever pediu a Jozé Cardozo de Mesquita, solteiro, amanuense da Camara d'este concelho que a seu rogo assignasse, o que elle vae fazer com as três testemunhas presentes a este Acto: Abílio Pereira Dias, casado, secretário da mesma Camara e António Teixeira Coimbra, casado, proprietário, todos d'esta villa. E eu, Jozé Pinto da Costa Júníor, secretário que a subscrevi e assignei.

(Assinaturas) Eduardo do Valle Frias
Jozé Cardozo de Mesquita
Abílio Pereira Dias
António Teixeira Coimbra
Jozé Pinto da Costa Júnior". 19

Quatro estampilhas forenses, no valor total de I.800\$000 réis, "selavam" o futuro deste jornaleiro, que, muito possivelmente, a crise vivida por todo o Douro vinícola obrigou a emigrar.

As dezoito folhas manuscritas deste Livro de Fiança e Responsabilidade (datado de 10 de Dezembro de 1908 a 27 de Maio de 1909), não terá transcrição integral por falta de espaço na "Douro — Estudos & Documentos", mas como fazem parte de um testemunho valioso dessa epopeia humana que constituiu a emigração para o Brasil nos princípios do século XX, e foi uma das consequências mais dramáticas da crise económica que o Douro atravessava, aqui fica, para um estudo estatístico, o seu resumo apurado:

^{19.} Manuscrito original do Livro de Termos de Fiança e Responsabilidade, no ano de 1908, folha 5 verso.

11-12-1908 – Joaquina Maria, casada, jornaleira, do lugar do Carrapatelo, Santa Cristina. Solicita reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) onde vae pela primeira vez, indo para a companhia do seu marido, rezidente no Rio de Janeiro (...)."

Francisco Teixeira de Azevedo, casado, marinheiro, do lugar do Outeiro, Barqueiros. Leva "(...) na sua companhia sua mulher Anna Guedes d'Azevedo, de quarenta e nove annos d'idade, e uma sobrinha d'esta de nome Laura, de sete annos (...)."

Francisco Pinto Cortez, viúvo, marinheiro, do lugar das Quintãs, Barqueiros. Dá consentimento a sua filha Laura, de sete anos de idade, para embarcar para o Brasil, na companhia dos tios.

Rosa da Conceição, casada, jornaleira, da freguesia de S. Nicolau. Requer guia para poder obter passaporte, "(...) afim de embarcar para o Brazil, onde vae juntar-se a seu marido, rezidente em São Paulo, levando na sua companhia sua filha Henriqueta de desenove annos (...)."

16-12-1908 – Balbina Maria, jornaleira, 41 anos de idade, casada, do lugar do Carrapatelo, Santa Cristina. Solicita guia para poder obter passaporte a fim de embarcar para o Brasil, e "(...) juntar-se a seu marido, residente na província de Minas. Leva na sua companhia um seu filho, de nome José de treze annos d'idade, e o exposto 20 da Camara d'este concelho de nome Eduardo, de dez annos, que a solicitante creou a expensas da mesma Camara, que para o levar lhe concedeu a respectiva licença (...)."

Maria Guedes de Araújo, solteira, 17 anos de idade, costureira, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Recebe consentimento de seu pai para poder embarcar para o Brasil, "(...) onde vae pela primeira vez, indo recomendada a seu cunhado António Monteiro Branco que nesta data também solicitou nesta Administração guia para (obter ?) o respectivo passaporte (...)."

António Monteiro Branco, casado, jornaleiro, 30 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Apresenta, como probas testemunhas de identidade, Carlos Pereira Cortez e António Pinto Dias de Magalhães²¹, e solicita guia para embarcar, "(...) levando na sua companhia sua mulher, de 21 annos d'idade, Ignez Guedes de Araújo (...)."

17-12-1908 – Manuel Pereira Cortez, casado, marinheiro, 21 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Solicita guia de passaporte para poder embarcar para o Brasil, "(...) onde vae pela segunda vez, indo desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Leva na sua companhia sua mulher Ermelinda Thomazia, de vinte e um annos, de quem os mesmos declarantes reconhecem também a identidade (...)."

27-12-1908 – Emilia de Barros, solteira, jornaleira, 42 anos de idade, do lugar do Outeiro, Barqueiros. Requer "(...) guia para passaporte indo desembarcar no porto de Santos (...)."

^{20.} A Roda dos Expostos de Mesão Frio funcionou, oficialmente, desde 1785 até 1875 no antigo convento dos Franciscanos do Varatojo, onde, desde o seu encerramento em 1834, funcionam os vários serviços administrativos da Câmara Municipal. Pelo texto, tudo leva a supor que esta chaga humana se tenha prolongado para além do seu encerramento oficial.

^{21.} José Carlos Rodrigues Coelho, Carlos Pereira Cortez e António Pinto Dias de Magalhães (antepassado dos banqueiros com o mesmo nome), constituíam, na época, a maior referência da pequena burguesia rural como viticultores e donos de vários barcos rabelos.

03-01-1909 – José Pinto da Loja, 12 anos de idade, do lugar do Freixieiro, Barqueiros. "(...) Aos três dias de Janeiro do ano mil nove centos e nove (...), requer de seu pai Joaquim Pinto da Loja consentimento (...) para se transportar para o Brazil, onde vae empregar-se no commercio, na cidade do Rio de Janeiro, sendo esta a primeira vez que embarca para aqueles Estados (...)."

20-01-1909 — Manuel Carlos Rodrigues Coelho, casado, "pharmaceutico", filho de José Carlos Rodrigues Coelho. Solicita autorização para embarcar. Reconhecem sua identidade os proprietários João Pinto Macho de Magalhães e António Pinto Dias de Magalhães, os quais mais declaram que o solicitante embarca pela segunda vez, e "(...) não apresentava certidão de casamento por este se ter realizado no Brazil onde reside sua esposa (...)."

António do Valle Frias, 13 anos de idade, do lugar da Capeleda, Vila Marim. Pede reconhecimento de identidade para "(...) embarcar para o Rio de Janeiro (Estados Unidos do Brazil), onde vae dedicar-se á vida commercial em companhia de seu tio (...)." Consentimento autorizado no segundo requerimento por seu pai Joaquim do Valle Frias, proprietário na mesma freguesia.

03-03-1909 – João Pinto Cardoso, casado, jornaleiro, 31 anos de idade, da freguesia de S. Nicolau. Requer reconhecimento de identidade para poder embarcar para São Paulo.

07-03-1909 – Vicência Rocha, casada, jornaleira, 26 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. "(...) Aos sete dias do mez de Março do anno mil nove centos e nove (...), solicita guia para poder embarcar para o Rio de Janeiro e (...) levar na sua companhia um filho de nome Jozé, de seis annos, e ir juntar-se a seu marido residente em Minas (...)."

Alexandrino, 11 anos de idade, filho de João Pinto Cortez, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. Foi dado consentimento por seu pai para poder embarcar para o Rio de Janeiro, onde se irá empregar no comércio local.

Manuel Pereira Ribeiro, casado, 23 anos de idade, marinheiro, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. Requer reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) onde vae pela segunda vez (...)."

António Pinto Morgado, casado, marinheiro, 34 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Solicita reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Rio de Janeiro, "(...) onde vae pela segunda vez (...)."

Caetano Pereira Rodrigues, casado, 27 anos de idade, marinheiro, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Requer guia para poder obter passaporte, "(...) afim de embarcar para o Brazil onde vae pela primeira vez, indo desembarcar no porto do Rio de Janeiro (...)."

Maria da Conceição, solteira, jornaleira, 20 anos de idade, da freguesia de Santa Cristina. "(...) por ser a própria que está prezente a solicitar guia para passaporte para o Brazil (...) e leva na sua companhia um filho de nome Fernando de vinte mezes d'idade, e vae para companhia de seus paes, há muito rezidentes em Minas (...)."

12-03-1909 – Isabelina Rosa de Jesus, viúva, jornaleira, de 63 anos de idade, do lugar de Sub Igreja, Barqueiros. Solicita reconhecimento de identidade, "(...) para desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Leva na sua companhia sua filha Jacintha de vinte annos, e um neto de nome Laurindo de seis annos, cuja mãe é já fallecida (...)."

Manuel Pinto Casimiro, casado, marinheiro, 30 anos de idade, do lugar de Porto de Rei, Barqueiros. Solicita autorização de embarque para o Brasil, "(...) onde vae pela primeira vez (...)."

Francisco Pereira Palhas, casado, 37 anos de idade, jornaleiro, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. Requer reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) onde vae pela terceira vez (...)."

José Rodrigues Pinheiro, casado, 39 anos de idade, proprietário na freguesia de Cidadelhe. Pede reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) indo desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Leva na sua companhia sua mulher Dona Maria dos Remédios Pereira Cardozo, de vinte e cinco annos d'idade, e dous filhos, Natalina, de dous annos e Manoel de quatorze annos (...)."

18-03-1909 – António Augusto, oito anos de idade, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. "(...) Aos desoito dias do mez de Março do anno de mil nove centos e nove (...), recebeu consentimento de seu avô, Lourenço Ribeiro Alvarenga, para embarcar para São Paulo, (...) afim de ir para companhia de seus paes (...)."

27-03-1909 – Filomena da Conceição, solteira, 17 anos de idade, natural de São José de Godim. Recebe consentimento de seu pai, Patrício Jou, casado, jornaleiro, "(...) afim de embarcar para o Brazil na companhia de seus tios Jou Soares e mulher (...)." A 1 de Abril é reconhecida a sua identidade.

Joaquim Pereira, 13 anos de idade, da freguesia de Teixeira, concelho de Baião. Filho natural de Maria da Conceição, casada, jornaleira. Recebe consentimento de sua mãe "(...) para, na companhia de seus tios Jou Soares e mulher se transportar para o Brazil (...)."

Jou Soares, 42 anos de idade, casado, jornaleiro, da freguesia de São José de Godim, Peso da Régua. Solicita reconhecimento de identidade para poder obter guia de passaporte, "(...) afim de embarcar para o Brazil, onde vae pela segunda vez, indo desembarcar no porto de Santos (...)."

20-04-1909 – Carlos Pinto da Fonseca, 33 anos de idade, casado, jornaleiro, da freguesia de Santa Cristina, Mesão Frio. Solicita reconhecimento de identidade "(...) afim de embarcar para o porto de Santos, nos Estados Unidos do Brazil, para onde vae pela segunda vez, levando em sua companhia sua mulher Maria Emilia da Conceição, de vinte e nove annos d'idade, e seu filho Antonio de treze annos (...)."

Antonio da Costa Soura, 41 anos de idade, casado, jornaleiro. Sem referência de naturalidade e residência. Requer guia para poder obter passaporte, "(...) afim de desembarcar no caes da Glória do porto do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brazil, para onde vae

pela segunda vez, levando em sua companhia sua mulher Rita da Conceição de quarenta e um annos d'idade e seos filhos de nomes Ermelinda de desoito annos, Maria de desesseis, e Manoel de onze (...)."

22-04-1909 – António Xavier Pinto Teles de Azevedo, de idade menor. Recebe consentimento de seu pai António Xavier Pinto de Azevedo, proprietário na freguesia de Vila Jusã, para poder embarcar para o Rio de Janeiro, "(...) *onde vae dedicar-se ao commercio* (...)."

24-05-1909 – Álvaro Correia Caneco, casado, 32 anos de idade, marinheiro, do lugar de Sub Igreja, Barqueiros. Solicita guia para poder obter passaporte, "(...) afim de embarcar para os Estados Unidos do Brazil, onde vae pela terceira vez, indo desembarcar no porto de Santos (...)."

Manuel Bento Ribeiro, 34 anos de idade, marinheiro, casado, do lugar do Formigal, Barqueiros. Pede reconhecimento de identidade, "(...) afim de obter guia para passaporte para embarcar para os Estados Unidos do Brazil, onde vae pela primeira vez, indo desembarcar no porto de Santos (...)."

27-05-1909 – António Teixeira Cerejo, casado, jornaleiro, 43 anos de idade, natural de Barqueiros. Solicita reconhecimento de identidade para poder adquirir "(...) guia para passaporte, afim de embarcar para o Brazil onde vae pela primeira vez (...)."

Joaquim Pinto Dias, casado, marinheiro, 32 anos de idade, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. "(...) o próprio que está prezente a solicitar guia para passaporte, afim de embarcar para o Brazil, aonde vae pela terceira vez, indo desembarcar no porto de Santos (...)."

Francisco Monteiro Novo, casado, jornaleiro, 29 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Pede reconhecimento de identidade "(...) afim de embarcar para o Brazil, onde vae pela segunda vez, indo desembarcar no porto de Santos (...)."

José Monteiro Cerejo, casado, marinheiro, 28 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. "(...) Filho natural de Aurea Alves e de Jozé Monteiro Cerejo, legitimado por subsequente matrimonio (...)" solicita guia para poder embarcar para o Brasil.

António Monteiro de Oliveira Novo, casado, marinheiro, 34 anos de idade, do lugar de Vale de Pentieiro. Requer termo de reconhecimento de identidade, "(...) afim de embarcar para o Brazil, onde vae pela quarta vez, indo desembarcar no porto de Santos (...)."

Pela leitura integral que fiz do *Livro de Termos de Fiança e Responsabilidade*, datado do primeiro decénio do século vinte, e de outros documentos que pesquisei no Arquivo Municipal de Mesão Frio, fácil foi concluir que o maior "deficit" demográfico neste pequeno concelho se verificou na milenar povoação de Barqueiros, a qual, virada desde há centos de anos, exclusivamente, para a navegação no rio Douro, sofreu, neste período, o seu maior fluxo migratório. A "sangria" foi tão vultosa que, ainda hoje, passados mais de noventa anos,

se encontram vestígios de parentes "brasileiros" em todos os agregados familiares desta antiga povoação de arrais, mestres e marinheiros ²².

Não sabemos quando se estancou este sorvedouro migratório, muito relacionado com o progressivo desaparecimento do barco rabelo e, em menor escala, com a crise que o Douro vinícola atravessava, mas é provável que a emigração se tenha prolongado para além do segundo quartel do século vinte, quando este rudimentar meio de transporte do "rio de mau navegar" entrou na sua derradeira agonia.

A TRAGÉDIA

- "(...) Não vieram procurar os vinhos êste ano. Bebe-se o vinho do Douro em todo o mundo e não há quem compre um decilitro. Os tonéis estão cheios e não há dinheiro para os cultivos e para viver. Os poderes públicos abandonam à sua sorte o produto mais rico do País, aquêle que podia dar o oiro que chegasse para equilibrar os orçamentos. Cada litro de vinho que se falsifica é um dia de fome para uma criança do Douro, é uma tijela de caldo que se rouba, tal como se a arrancassem das mãos esquálidas que a seguram.
- (...) No Alto Douro há semanas que se não trabalha. Pelas colinas verde esmeralda não se perdem as manchas dos trabalhadores. Quando amanhece, saem de casa e ficam parados nos largos das povoações, a jaqueta sobre os ombros, olhando indiferentes, no olhar a condenação muda à causa ignorada que os não deixa trabalhar. (...) Têm todos um grito que de reprêso e sufocado se lhes perde em tons de palavras sôltas, em relances de olhar ou em algum gesto descompassado. (...)"23

João Pina de Morais Júnior, de seu nome completo, nasceu em Valdigem a 6 de Janeiro de 1889, e encontra-se sepultado no cemitério da vila de Portelo de Cambres desde 30 de Janeiro de 1953.

A meia dúzia de passos de Lamego, numa recta onde vinhedos antigos se confundem com patamares reconstruidos ao "compasso" das exigências comunitárias, encontra-se, face à estrada nacional que sobe serpenteando pelo vale do Varosa, vestígios do que resta da Casa de Quintião que pertenceu à família Pina de Morais. Foi aqui, paredes-meias com o arruinado edificio, que encontrei, já octogenário, o senhor José da Silva Marques, neto do

^{22. &}quot;Os seus moradores, inclinados a mayor parte delles á navegação do Douro, discorrem desde a Baleira do Cachão até a cidade do Porto, continuamente em mais de cincoenta barcos, alguns dos quaes são tão grandes, que carregão quarenta e cinco e cincoenta pipas de vinho da feitoria, e della conduzem para vários portos do mesmo Douro todos os generos necessarios da mercancia. Não se empregão menos no serviço de S. Magestade; porque estão obrigados, primeiro que outras embarcações, a conduzir as bagagens, munições, e mais materiais para as Praças de Taz os Montes, e Beira; como tambem a levarem o fio de Fos-Tua, e Arrueda, logrando por este continuo serviço alguns privilegios." Cf. Padre Luís Cardoso, Dicionário Geográfico, 1747/51, Tomo 2, pp. 53 e 54.

23. Pina de Morais, Sangue Plebeu, 1942, pp. 30 e 31.

José Belau que foi protagonista de "carne e osso" da novela *No Douro*, que abre a colectânea do *Sangue Plebeu* editado pela Marânus em 1942.

Em Maio de 1917, o autor de Ânfora Partida encontrava-se integrado, como tenente miliciano, no Corpo Expedicionário Português que combatia o inimigo alemão nos poentes da Flandres. A memória do que foram aqueles tempos de guerra foi publicado por Pina de Morais em 1919 (Ao Parapeito) e 1921 (Soldado Saudade). Mas, enquanto o soldado transmontano se defendia das investidas do invasor nas trincheiras de Neuve Chapelle, o solo da sua região duriense ainda se encontrava maculado do sangue que, em 1915, caíra em frente aos paços do município de Lamego, num epílogo trágico da crise vinícola que se arrastava há longos anos pelos socalcos do Douro.

Em 12 de Agosto de 1914, uma cláusula rectificativa do art.º 6º do tratado luso-anglicano de 12 de Junho de 1891, colocava em confronto a vinicultura do norte e sul do país. De facto, a referida cláusula protegia as denominações dos vinhos "Porto" e "Madeira"; mas, enquanto aos vinhos insulares lhes dava a exclusividade dos vinhos generosos da ilha, ao Vinho do Porto estabelecia que, tal denominação, se referia, genericamente, aos vinhos produzidos em Portugal. A grosso-modo, por força da ambiguidade clausular, todos os vinhos colhidos fora da Região Demarcada do Douro (preferencialmente os do sul, com elevado teor alcoólico...), também poderiam ser comercializados no perímetro dos vinhos finos de Feitoria.

A melindrosa questão foi levantada na Câmara dos Deputados a 6 de Julho de 1915, prolongando-se a discussão por várias sessões e nelas intervindo alguns deputados eleitos pelo círculo nortenho. Aprovada a controversa cláusula por 57 votos contra 21, o Douro começa a agitar-se em várias localidades.

Santa Marta de Penaguião foi dos locais onde mais se fez sentir a revolta dos lavradores. Nesta vila deram-se "(...) acontecimentos anormais como manifestação de protesto por não terem sido ainda atendidas as reclamações dos povos da região duriense. Os sinos tocaram a rebate e os populares, amotinados, lançaram fogo à Repartição de Finanças. No mesmo edifício estavam instaladas a Câmara e outras repartições. Ardeu tudo, restando da casa apenas as paredes. Está já restabelecida a ordem pública e à hora a que escrevo estão chegando forças militares."²⁴

Incidentes da mesma amplitude ocorrem, simultaneamente, noutras localidades. Em Provesende o comércio encerra as portas, os trabalhos agrícolas paralisam, os meios de transporte no rio Douro "circulam tarjados de luto", e até nas torres das igrejas "tremulam as bandeiras negras". Lá no alto, em Freixo de Espada à Cinta, também se ouve o toque dos sinos a rebate, mas é em Carrazedo, a 18 de Julho, "que o povo de diversas aldeias, em número superior a duas mil pessoas, armado de varapaus, foices, roçadouras, machados e algumas espingardas caçadeiras (se dirige) ao Tua e, no meio de grande vozearia e ao toque de um clarim, invadiu a estação do caminho-de-ferro e, depois de se dirigir ao chefe, perguntando

se ali havia vinho do Sul, foi revistar os vagões de mercadorias. Dentro em pouco, a golpes de machado, foram despedaçados três pipas de vinho e um casco de aguardente." Também na Régua, "os muitos milhares de pessoas de todo o concelho" que ali se tinham concentrado, dirigiram-se à estação da via férrea por lhes constar da existência de uma remessa de vinho do Sul, e, como esta já tinha sido levada no dia anterior para o Alto Douro, os revoltosos tomaram o caminho da Repartição das Finanças e arrombaram as portas. Já no interior queimaram todos os papéis, independentemente do seu valor, incluindo "recibos e verbetes das contribuições em dívida".

Todavia, o desfecho mais trágico destes acontecimentos que "enlutou aquele território que produz os verdadeiros vinhos de carregação" 26 ocorreu em Lamego. A 26 de Julho, quando uma enorme multidão de lavradores e jornaleiros se dirigiu aos paços do concelho para pedir "a intervenção das autoridades civis", no intuito de pressionar a rectificação do polémico tratado que favorecia todas as outras regiões vinícolas, deflagrou um petardo de fabrico caseiro lançado por mão desconhecida. A Força Pública que guardava o edificio, pretextando julgar-se atacada pelos revoltosos, disparou sobre a multidão que fugia desordenada.

Pina de Morais, também ele filho de médios lavradores, e testemunha acidental desta tragédia, deu a conhecer nas páginas do *Sangue Plebeu* (apenas publicado vinte e sete anos depois, quando as portas do país se reabriram aos exilados políticos²⁷) a versão censurada deste infausto acontecimento que enlutou o Douro vinhateiro, numa das páginas mais comoventes da sua longa história:

"A 26 de Julho 1915 caíram mortos, por uma causa justa e grande, a causa da sua terra, do seu pão e do prestígio do Vinho do Porto, duma maneira trágica e cobarde, onze durienses, dez homens e uma mulher, homilíssimos trabalhadores da gleba. Foram eles:

Maria da Silva Loureiro, Bernardo Pinto, Francisco Guedes, Francisco dos Santos Araújo, José Gomes Rabito, Manuel da Silva, de Canelas; João Cardoso, de Parada do Bispo; José da Rede, de Souto Côvo; Maximiniano Ferreira, de Valdigem; António Ribeiro, de Figueira; e Manuel Correia, de Britiande.

Pugnando pelo seu pão, defendendo a sua terra, foram metralhados. São as vítimas de milhares de injustiças feitas através dos tempos à Região Duriense. Tôda a história desta Região e do Vinho do Porto, não tem página mais trágica, protesto mais sangrento, violência maior a opor à maior humildade.

^{25.} Idem, p. 363.

^{26.} In Anais do Instituto do Vinho do Porto, Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro, 1951, III Vol., p. 283. 27. (...) A grande maioria, optou por entrar em Portugal, nos finais de Junho de 1940, após a concessão de um passaporte, pelo prazo de um ano, com a menção de repatriado, no âmbito da lei de amnistia publicada no primeiro dia desse mês. In Luís Farinha, O Reviralho (Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo - 1926/1940), Ed. Estampa, 1998, p. 263.

Através duma luta secular em prol dos direitos sagrados que a natureza lhe impôs, nenhum facto mostra duma maneira mais profunda até onde vai o sacrifício supremo do duriense.

Não atacaram, pediram.

Metralhados de chapéu na mão, na sua terra, na sua casa, tem mais excelsa virtude que os burgueses de Calais que Rodin imortalizou. (...) Morreram quando tentavam afastar com os seus braços descarnados o espectro da miséria.

Tratava-se da aclaração ao artigo sexto do tratado comercial com a Inglaterra, que a não se fazer razoirava o vinho do Douro com todos os outros. Era a morte civil do Vinho do Porto.

Êste vive, êles morreram.

As lutas do Douro são tôdas contra a ignorância que do Douro tem o país e da incompreensão da sua vida.

O duriense agarra-se à defesa da sua região, como a videira aos seus xistos, isto é, com desespêro, porque sabem um e outra, que morrem impiedosamente se lhe tira-rem o pão.

Que o sacrificio de tantas vidas possa fazer entender ao país que o Douro só fala quando a angústia o afoga ou quando o levam para o desespêro irremediável..."28